

CURSO DE NUTRIÇÃO

AURICÉLIA ROCHA SOUZA

THAÍS DA SILVA BRITO

VALDÊNIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS
DE UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ.**

TERESINA – PIAUÍ,

2023

AURICÉLIA ROCHA SOUZA
THAÍS DA SILVA BRITO
VALDÊNIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE
UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ.**

Artigo apresentado ao Centro Universitário
UNINOVAFAPI, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientação: Ms.: Vania Marisa da Silva
Vasconcelos.

TERESINA – PIAUÍ,

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

B862s Brito, Thaís da Silva.

Segurança alimentar e nutricional de mulheres agricultoras de um município do Piauí. Auricélia Rocha Souza, Thaís da Silva Brito, Valdênia Karoline Costa Nascimento – Teresina: UNINOVAFAPI, 2023.

Orientador (a): Profa. Ms Vania Marisa da Silva Vasconcelos. UNINOVAFAPI, 2023.

42. p.; il. 23cm.

Artigo (Graduação em Nutrição) – UNINOVAFAPI, Teresina, 2023.

1. Associação de agricultores. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Política pública. 4. Avaliação nutricional. I. Título. II. Nascimento, Valdênia Karoline Costa. III Vasconcelos, Vania Marisa da Silva.

CDD 616.39

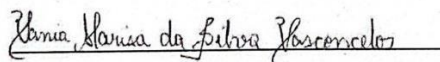
AURICÉLIA ROCHA SOUZA
THAÍS DA SILVA BRITO
VALDÊNIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE
UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ

Artigo apresentado ao Centro
Universitário UNINOVAFAPI, como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Nutrição.

Teresina, 22 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ms. Vania Marisa da Silva Vasconcelos

Orientadora

Documento assinado digitalmente

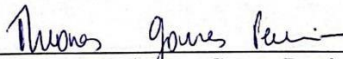


NORMA SUELI MARQUES DA COSTA ALBERTO

Data: 30/11/2023 09:58:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Norma Sueli Marques da Costa Alberto
1º Examinadora



Profa. Dra. Theonas Gomes Pereira
2º Examinadora

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ.

Auricélia Rocha Souza

- 1- Acadêmica de Nutrição. Centro Universitário Uninovafapi. Email para correspondência: rochaauricelia08@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5523-4512>

Thaís da Silva Brito

- 2- Acadêmica de Nutrição. Centro Universitário Uninovafapi. Email para correspondência: britothais288@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9696-8352>

**** Valdênia Karoline Costa Nascimento**

- 3- Acadêmica de Nutrição. Centro Universitário Uninovafapi. Email para correspondência: valknascimentocosta@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5543-8605>.

Vania Marisa da Silva Vasconcelos

- 4- Nutricionista. Mestre em Saúde da família. Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Uninovafapi. Email para correspondência: vania.vasconcelos@uninovafapi.edu.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1795-7725>

Norma Sueli Marques da Costa Alberto

- 5- Nutricionista. Doutora em Saúde Pública. Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. Email para correspondência: normaalberto@yahoo.com.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9412-0817>.

Theonas Gomes Pereira

- 6- Nutricionista. Doutora em Saúde Pública. Fundação Municipal de Saúde de Teresina. Email para correspondência: theonasgp@yahoo.com.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4382-905X>

Declaração de Conflito de Interesse: “nada a declarar”.

Informações éticas: aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi, conforme o parecer Nº 6.280.440, 04 de setembro de 2023.

Financiamento: “nada a declarar”.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ.

AURICÉLIA ROCHA SOUZA

THAÍS DA SILVA BRITO

VALDÊNIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO

VANIA MARISA DA SILVA VASCONCELOS

NORMA SUELI MARQUES DA COSTA ALBERTO

THEONAS GOMES PEREIRA

RESUMO

Introdução: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito ao acesso contínuo e regular a uma alimentação adequada e saudável, sem comprometer outras necessidades essenciais. A violação desse direito caracteriza a insegurança alimentar, a qual tem afetado proporcionalmente a zona rural e os trabalhadores e as trabalhadoras da agricultura. A agricultura familiar é imprescindível para garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. As mulheres agricultoras apesar de serem pilares fundamentais da produção dentro da agricultura familiar é o grupo mais vulnerável à insegurança alimentar. **Objetivo:** Analisar a segurança alimentar e nutricional de mulheres agricultoras de um município, no estado do Piauí. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal e descritivo. Utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, bem como de questionário socioeconômico e avaliação antropométrica, para avaliar sobre a SAN. A análise estatística foi realizada com uso do programa *Software Statistical Pa-ckage for the Social Sciences*, versão 26.0. O teste qui-quadrado, foi aplicado com correção de Yates e nível de significância de 5% e intervalo de confiança de 95%. **Resultados e discussão:** Participaram da pesquisa 28 agricultoras, destas 71.4% estão em insegurança alimentar, 39.3% encontram-se com sobrepeso e 74.3% estão em risco de desenvolver comorbidades. Foi identificada correlação com situação de insegurança alimentar entre a baixa renda ($p = 0.004$) e estado civil das agricultoras ($p = 0.006$). **Conclusão:** As mulheres agricultoras rurais do município estudado, se encontram em níveis de insegurança alimentar e nutricional, do tipo leve e moderada.

Palavras-chave: Associação de Agricultores; Segurança Alimentar e Nutricional; Política Pública; Avaliação Nutricional.

Abstract

Introduction: Food and nutritional security consists in the realization of the right to continuous and regular access to adequate and healthy food, without compromising other essential needs. The violation of this right characterizes food insecurity, which has proportionally affected rural areas and agricultural workers. Family farming is essential to guaranteeing the food and nutritional security of the Brazilian population. Despite being fundamental pillars of production within family farming, women farmers are the most vulnerable group to food insecurity. Objective: To analyze the food and nutritional security of women farmers in a municipality in the state of Piauí. Methods: This is a cross-sectional and descriptive study. The Brazilian food insecurity scale was used, as well as a socioeconomic questionnaire and anthropometric evaluation to assess the SAN. Statistical analysis was carried out using the Software Statistical Package for the social sciences, version 26.0. The chi-square test was applied with Yates correction and significance level of 5% and 95% confidence interval. results and discussion: 28 farmers participated in the study, of which 71.4% are food insecure, 39,3% are overweight and 74.3% are at risk of developing comorbidities. A correlation with food insecurity was identified between low income ($p = 0.004$) and marital status of farmers ($p = 0.006$). conclusion: rural women farmers in the municipality studied, are at mild and moderate levels of food and nutritional insecurity.

Keywords: farmers association; food and Nutritional Security; Public policy; Nutritional Assessment.

INTRODUÇÃO

A alimentação é a forma como o ser humano se constrói, torna-se indispensável para a promoção e proteção de sua saúde ^[1]. Sendo assim, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN tem como base o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável – DHAA, por meio da garantia ao acesso contínuo e regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a soberania alimentar dos indivíduos, a sustentabilidade, a diversidade cultural, ambiental, econômica e social ^[2].

Quando acontece a violação do DHAA, determina-se por situações de insegurança alimentar – IA, considerada um grave problema de saúde pública mundial e crescente no Brasil ^[3]. IA acarreta vários prejuízos na saúde do indivíduo acometido, a curto e longo prazo, comprometendo a qualidade de vida, bem como o risco de desenvolver várias doenças, diminuição de sua capacidade produtiva e do convívio social, além de terem a dignidade ferida ^[4].

Insegurança Alimentar classifica-se em três níveis, a IA leve consiste na preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos futuramente e quando a qualidade da comida já está comprometida. IA moderada, compreende a redução da quantidade e da qualidade dos alimentos e/ou ruptura nos padrões alimentares. IA grave surge com a privação total de alimentos, em sentir fome e não comer por falta de dinheiro para comprar gêneros alimentícios. No Brasil, 125,2 milhões de pessoas convivem com algum grau de Insegurança Alimentar ^[5].

Situações de IA podem ser identificadas para além de problemas relacionados à fome, como a obesidade, por doenças associadas à má alimentação, pelo consumo de alimentos nocivos à saúde e bens essenciais com preços abusivos ^[4]. Soma-se a este cenário de insegurança alimentar a vulnerabilidade social, condição de fragilidade que evidencia uma parte da população que se encontra em situação desfavorável, exposto a fatores que provocam efeitos indesejáveis, sendo estes a escassez de emprego, renda, serviços, saúde, habitação, saneamento básico e educação ^[6].

A denominação Agricultura familiar- AF, foi difundida com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996 pelo governo, sendo evidenciada em 2006, quando foi instituída a Política Nacional de Agricultura Familiar. A AF traz a promessa de produção agrícolas sustentáveis, sem agrotóxicos, flexíveis, inovadoras e dinâmicas, contribuindo para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional - SSAN; amplia o desenvolvimento econômico, gera empregos e ainda eleva a classe de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais [7,8,9].

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, 77,0 % dos estabelecimentos agrícolas do país são de agricultura familiar e 18,7% desses estabelecimentos eram comandados por mulheres produtoras [10]. O Piauí é o quarto estado da região Nordeste com o maior número de associações com produção da AF, com 197.246 mil estabelecimentos e 80,3% destes são rurais. Em todo o Estado, 22% são associações administradas por mulheres [11].

Pesquisas nacionais apontam que a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores e agricultoras familiares. Olhando para as formas mais severas de insegurança alimentar, são 38%, destes 6,7% residem no Piauí [12]. Com o aumento da participação das mulheres no cenário da agricultura familiar brasileira, conseqüentemente, estarão em maior convívio com a insegurança alimentar [13].

No que concerne à oferta de bens e serviços de saúde para as populações do campo, muitos desafios ainda não foram superados ou estão muito aquém, por razões desde a falta de intersectorialidade, ou a própria fragilidade das políticas públicas até diversas limitações orçamentárias nos planos governamentais de saúde [1].

Visto que a insegurança alimentar está prevalente em domicílios de baixa renda, em áreas rurais, nos quais a pessoa de referência é uma mulher, com baixa escolaridade e cor autorreferida negra, este estudo teve por objetivo analisar a segurança alimentar e nutricional de mulheres agricultoras de um município do estado do Piauí.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa de campo, descritiva e transversal com 28 agricultoras da Associação de Mulheres Produtoras Rurais da Agricultura Familiar de um Município de Piauí, acerca do perfil de segurança alimentar e nutricional. A instituição foi escolhida por indicação de lideranças de apoio às mulheres agricultoras e pela preocupação das pesquisadoras em relação ao estado nutricional desse grupo, visto que, é um importante fator para identificar a insegurança alimentar (IA) que está crescente no país ^[5].

Participaram da pesquisa as mulheres agricultoras adultas e que estavam com cadastro regularizado na Associação, por motivos de disponibilidade por parte das participantes e de acesso até a localidade de algumas, foi possível realizar a pesquisa com 28 associadas. Os dados foram coletados na sede da Associação, por meio de entrevistas e com auxílio de dois instrumentos: questionário socioeconômico e sociodemográfico; a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A coleta foi realizada no período de setembro a outubro de 2023.

As mulheres assinaram o TCLE, com aplicação dos questionários e avaliação antropométrica. Os questionários sociodemográfico e socioeconômico contêm dados referentes: idade, data de nascimento, sexo, escolaridade, estrutura familiar, ocupação, fonte de rendimento familiar e conforto da residência. A EBIA, mensura o cenário de segurança e insegurança alimentar em nível domiciliar, engloba dados referentes à acessibilidade aos alimentos com indagações sobre a renda relacionada ao consumo alimentar, possibilitando um diagnóstico da situação de SAN ^[14].

A avaliação nutricional foi realizada por meio de dados antropométricos, a partir da aferição do peso (Kg) e da altura (m), utilizando balança digital e estadiômetro Balmak, com determinação do Índice de Massa Corporal (IMC) para classificação do estado nutricional. Medidas de circunferências da cintura e do pescoço foram tomadas com uso de fita antropométrica inelástica, objetivando avaliar o risco para doenças metabólicas e cardiovasculares.

O estado nutricional, mensurado mediante o IMC a partir da relação

peso/estatura² considerou: desnutrição IMC <18,4; eutrófico IMC de 18,5 a 24,9; excesso de peso > 25 para adultos; e IMC >30,0 Kg/m² (obesidade) sendo obesidade grau I com IMC 30 e 34,9 Kg/m², grau II entre 35 e 39,9 Kg/m² e grau III, acima de 40 Kg/m² [15]. Utilizou-se como ponto de corte $\geq$ 80,0 cm para a circunferência da cintura [15]. Para circunferência do pescoço $\geq$ 34,7 cm para determinar sobrepeso e $\geq$ 36,5 cm para obesidade [16].

Para análise estatística, foram exportados os dados para o programa *Softwares Statistical Package for the Social Sciences®* (SPSS), versão 26.0. Foi utilizada a análise descritiva para caracterização da amostra, realizou-se a aplicação da frequência relativa e absoluta para as variáveis qualitativas e medida de posição média, mediana e dispersão de desvio padrão para as variáveis quantitativas.

Para observação inferencial da amostra as variáveis quantitativas foram testadas por meio do teste Kolmogorov-Smirnov. Para a análise de comparação entre os escores do questionário EBIA e as variáveis da ficha com dos dados antropométricos, aplicou-se o teste *u* de *Mann-whitney* para variáveis binárias. Foi aplicado o teste qui-quadrado com correção de Yates, com nível de significância de 5% e de confiança de 95%.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi, conforme o Parecer Nº 6.280.440, do dia 04 de setembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 28 agricultoras familiares. A maior parte do grupo possuía idade maior que 40 anos (64.34%) e casada (60.7%), moravam com até 04 pessoas (60.7%). No que se refere à renda mensal, (64.3%) recebiam de 01 a 02 salários mínimos, na maioria dos casos, o benefício social (75.0%). Dentre elas, (57.1%) estudaram o ensino médio completo. No que concerne à residência, 96.4% possuíam imóvel próprio, sem acabamento (57.1%) e com fossa (92.9%) como parte do saneamento (Tabela 01).

Tabela 01. Caracterização do perfil social de agricultoras da Associação de Mulheres Produtoras Rurais da Agricultura Familiar de um Município do estado do Piauí (2023). N=28.

VARIÁVEIS	N	(%)
Estado civil		
Solteira	08	28.6%
Casada/ União estável	17	60.7%
Separada/divorciada	02	7.1%
Viúva	01	3.6%
Faixa Etária		
20-39 anos	10	35.7%
≥40 anos	18	64.3%
Nº de pessoas residentes		
<4	17	60.7%
≥4	11	39.3%
Renda Bruta familiar		
< 1 SM	05	17.9%
1-2 SM	18	64.3%
> 2 SM	05	17.9%
Recebe benefício social		
Não	07	25.0%
Sim	21	75.0%
Grau de escolaridade		
Ens. fundamental incompleto	06	21.4%
Ens. fundamental completo	02	7.1%
Ens. Médio incompleto	03	10.7%
Ens. Médio Completo	16	57.1%
Superior Incompleto	01	3.6%
Tipo de imóvel		
Alugado	01	3.6%
Próprio	27	96.4%
Residência com acabamento		
Não	16	57.1%
Sim	12	42.9%
Possui rede de esgoto ou fossa		
Fossa	26	92.9%
Rede de esgoto	02	7.1%

Fonte: Autoria própria.

Diante do exposto, pôde-se perceber que as mulheres agricultoras são, em sua maioria casadas, recebendo o benefício social e possuem moradias insalubres com saneamento precário. A qualidade da habitação e o saneamento básico são questões de segurança alimentar e nutricional na medida em que contribuem para o aproveitamento biológico dos alimentos, evitando a proliferação de inúmeras doenças ^[17].

Analisando o fator renda, a maioria recebe o benefício social (Bolsa Família) torna-se viável a validação da importância deste benefício para a melhoria da renda familiar, uma vez que, sem a presença deste a situação de IA seria pior, pois para algumas famílias é a única fonte de renda fixa ^[18]. Levando em consideração o aspecto geral de SAN, para ser possível viver em segurança alimentar são necessários aspectos como renda, escolaridade, recursos naturais, moradia, saneamento básico.

O acesso à educação ainda é frágil, pouco mais de 50% das mulheres concluíram o ensino médio, e destas, uma parcela mínima adentrou ao ensino superior. Portanto, há uma seletividade socioeconômica, o que revela a inexistência da democratização no processo de ingresso na universidade ^[17]. Isto evidencia a pesquisa Vigisan que propõem políticas públicas que revertam à situação de vulnerabilidade social que muitas vezes se perpetua em gerações de uma mesma família ^[12, 18].

A incerteza do acesso ou a materialização da inacessibilidade alimentar entre as agricultoras avaliadas está descrita na Tabela 02.

Diante das respostas da EBIA verificou-se que 32,1% relataram ter preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar mais comida; Em relação à falta de dinheiro, 53,6% responderam ficar sem condições para ter uma alimentação saudável e variada e comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por falta de dinheiro (Tabela 02).

Tabela 02. Caracterização das respostas sobre a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de Mulheres Produtoras Rurais de um Município do estado do Piauí (2023). N=28.

	NÃO	SIM
ESCALA EBIA	N (%)	N (%)
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	19 (67.9)	09 (32.1)

Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	16 (57.1)	12 (42.9)
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	13 (46.4)	15 (53.6)
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	13 (46.4)	15 (53.6)
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	27 (96.4)	01 (3.6)
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	23 (82.1)	05 (17.9)
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	28 (100.0)	00 (0.0)
Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	28 (100.0)	00 (0.0)
Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?	21 (75.0)	07 (25.0)
Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?	25 (89.3)	03 (10.7)
Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?	23 (82.1)	05 (17.9)
Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	27 (96.4)	01 (3.6)
Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	28 (100.0)	00 (0.0)
Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	28 (100.0)	00 (0.0)

Fonte: Autoria própria.

Os resultados mostram que 28.6% das famílias das agricultoras estão em segurança alimentar, 14.3% convivem com a insegurança alimentar leve e 57.1% com insegurança alimentar moderada. O II VIGISAN apresenta os dados dos níveis de segurança e insegurança alimentar no Piauí, em que 20,0% convivem com SA, 25,8% com IA leve e 20,0% com IA moderada. Isto nos mostra como a IA se manifesta na mesa das famílias brasileiras ^[12].

A IA está diretamente relacionada com os baixos proventos das famílias das agricultoras, esta situação se faz mais presente em pessoas com dificuldade de acesso à renda, pouca escolaridade e entre residentes rurais ^[19]. O poder econômico de uma família é dito como um dos principais fatores que favorecem uma alimentação adequada e saudável, de tal maneira que a SAN é um dos indicadores de IA elencados pela EBIA ^[20].

As agricultoras relataram que fazem o plantio de alimentos, mas não os consomem, pois o pouco que produzem preferem fazer a comercialização. A população feminina apresenta maior vulnerabilidade socioeconômica, tendo impacto no acesso aos insumos para a realização da sua produção agrícola. Segundo Oliveira ^[22], essa desigualdade está relacionada com a posição que as mulheres se encontram nas esferas da sociedade, tendo como consequência vulnerabilidade social, violação do DHAA e Insegurança Alimentar e Nutricional - IAN.

As condições socioeconômicas de uma população podem refletir níveis inversos ao seu estado nutricional, ou seja, baixo nível econômico e excesso de peso, resultante de precariedade ao acesso de informações e orientações sobre como preservar sua saúde.

O perfil antropométrico das mulheres agricultoras é mostrado na Tabela 03.

Tabela 03. Perfil antropométrico de Mulheres Produtoras Rurais de um Município do Piauí (2023). N=28.

VARIÁVEIS	N	(%)
Perfil Antropométrico		

(Classificação) IMC		
Eutrofia	09	32.1%
Obesidade grau I	04	14.3%
Obesidade grau II	03	10.7%
Obesidade grau III	01	3.6%
Sobrepeso	11	39.3%
Circunferência da Cintura		
S/risco	05	19.2%
Risco aumentado	10	38.5%
Risco muito aumentado	11	42.3%
Circunferência do Pescoço		
S/risco	08	32.0%
Baixo Risco	09	36.0%
Alto Risco	08	32.0%

Fonte: Autoria própria.

Dentre as agricultoras avaliadas, 32.10% encontram-se eutróficas, 39.39% com sobrepeso, 14.30% em obesidade grau I, 10.71 % com obesidade grau II e 3.60% com obesidade grau III (segundo a classificação de IMC para adultos). 42.3% apresenta risco aumentado risco de desenvolver comorbidades, segundo a classificação da circunferência da cintura e 32.0% alto risco, conforme a circunferência do pescoço.

Os resultados descritos acima, possivelmente, se dá pelo fato de que agricultores residentes rurais acabam se enquadrando no conceito de “Deserto Alimentar”, passando a não ter acesso facilitado à alimentação saudável e, por isso, têm seus parâmetros antropométricos alterados e predisposição à perda da qualidade de vida [20].

O cenário encontrado de sobrepeso e obesidade pode estar associado ainda, ao fato de que cada vez mais está crescente o uso de ultraprocessados, uma vez que, mesmo possuindo acesso à terra para cultivo, a população rural, agricultores e agricultoras, tem mostrado uma adesão a - Dieta de supermercado, caracterizada pela dependência de compra de alimentos industrializados^[24,25].

No que diz respeito aos fatores associados à insegurança alimentar, foi

possível observar que as variáveis: estado civil ($p= 0.006$) e renda bruta familiar ($p= 0.004$) mostraram associação estatisticamente significativa para esse cenário (IA). (Tabela 04).

Tabela 04. Análise de associação da segurança e insegurança alimentar (classificação da EBIA) e o perfil sociodemográfico das Mulheres Produtoras Rurais de um Município do Piauí. (2023). N=28.

	Classificação EBIA			P-valor
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	
	N(%)	N(%)	N(%)	
Estado Civil				0.006
Solteira	00 (0.0)	04 (100.0)	04 (25.0)	
Casada/ União estável	06 (75.0)	00 (0.0)	11 (68.8)	
Separada/divorciada	02 (25.0)	00 (0.0)	00 (0.0)	
Viúva	00 (0.0)	00 (0.0)	01 (6.3)	
Renda Bruta familiar				0.004
< 1 SM	00 (0.0)	03 (75.0)	02 (12.5)	
1-2 SM	05 (62.5)	00(0.0)	13 (81.3)	
> 2SM	03 (37.5)	01 (25.0)	01 (6.3)	
Grau de escolaridade				0.872
Ens. fundamental Incompleto	01 (12.5)	02 (50.0)	03 (18.8)	
Ens. fundamental completo	01 (12.5)	00 (0.0)	01 (6.3)	
Ens. Médio incompleto	01 (12.5)	00 (0.0)	02 (12.5)	
Ens. Médio Completo	05 (62.5)	02 (50.0)	09 (56.3)	
Superior Incompleto	00 (0.0)	00 (0.0)	01 (6.3)	
Residência com acabamento				0.804
Não	04 (50.0)	02 (50.0)	10 (62.5)	
Sim	04 (50.0)	02 (50.0)	06 (37.5)	
N de pessoas residentes				0.784
<4	05 (62.5)	03(75.0)	09 (56.3)	
≥4	03 (37.5)	01(25.0)	07 (43.8)	

Fonte: Autoria própria.

¹Teste qui-quadrado, com correção de Yates, ao nível de 5%.

A insegurança alimentar moderada foi mais predominante entre as agricultoras casadas, em grau moderada, fato que diverge das pesquisas nacionais, pois quando há homem chefe de família o nível de SA é maior (46,4%) ^[26]. O que leva a indagar que existam problemas com a renda familiar, onde o acesso ao mercado de trabalho ainda é escasso, bem como a produção e venda dos gêneros alimentícios produzidos, uma vez que a maioria das famílias é constituída por mulheres casadas com esposos agricultores.

Para conseguir reverter tais situações de insegurança alimentar, faz-se necessário que o poder público canalize recursos públicos mediante ações efetivas e intersetoriais voltada para a ampliação e a potencialização da agricultura familiar como produtores de alimentos saudáveis e diversificados, subsidiando desde à estruturação de unidades familiares ou comunitárias de produção até o apoio a distribuição dos gêneros oriundos de suas produções, bem como, por meio do fortalecimento e ampliação de programas como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros [24, 30].

Quanto às associações estatísticas entre a segurança e insegurança alimentar (classificação da EBIA) e o perfil antropométrico (Tabela 05), do perfil sociodemográfico e a classificação do IMC (Tabela 06), não houve evidências estatísticas significativas, deste modo, não existem diferenças de influência entre as variáveis.

Tabela 05. Análise de associação da classificação EBIA e o perfil antropométrico de Mulheres Produtoras Rurais de um Município do Piauí. (2023). N=28.

	Classificação EBIA		P-valor
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar	
	N(%)	N(%)	
Classificação IMC			0.625
Eutrofia	03 (37.5)	06 (30.0)	
Obesidade grau I	02 (25.0)	02 (10.0)	
Obesidade grau II	00 (0.0)	03 (15.0)	
Obesidade grau III	00 (0.0)	01 (5.0)	
Sobrepeso	03 (37.5)	08 (40.0)	
Circunferência Cintura			0.876
S/risco	02 (25.0)	03 (16.7)	
Risco aumentado	03 (37.5)	07 (38.9)	
Risco muito aumentado	03 (37.5)	08 (44.4)	

Fonte: Autoria própria.

¹Teste qui-quadrado, com correção de Yates, ao nível de 5%.

A antropometria, por ser um método indireto para mensurar a IA, não consegue associar por si só todas as relações de consumo alimentar com o estado nutricional [25]. Os achados em questão assemelham-se com os encontrados por Costa, *et al.* [7], apesar que 47.7% dos agricultores familiares do seu estudo, de uma cidade do Ceará, encontravam-se com excesso de peso (em análise estatística) não

foi possível uma associação direta entre a IA e o perfil antropométrico dos entrevistados.

Dessa forma, mesmo considerado um eficiente indicador nutricional, a antropometria parece não assegurar diálogo direto com a IA, visto que a aferição das proporções ponderais não reflete corretamente a qualidade ou quantidade de consumo e muito menos o acesso regular à alimentação adequada e digna ^[19]. A obesidade não é reciprocidade de alta renda e poder de compra, mas sim de acesso à alimentação de qualidade. Ou seja, há um aumento de sobrepeso na população de menor renda pela compra de alimentos de baixo valor nutritivo ^[27].

Considerando a condição adversa de renda e estado nutricional, a associação do perfil sócio-demográfico e estado nutricional das agricultoras é mostrada na tabela 06.

Tabela 06. Análise de Associação do Perfil Sócio-demográfico e (a Classificação) do IMC de Mulheres Produtoras Rurais de um Município do Piauí. (2023). N=28.

		Classificação IMC				P-valor
		Eutrofia	Obesidade grau I	Obesidade grau II	Obesidade grau III	
		N(%)	N(%)	N(%)	N(%)	
Grau de escolaridade						0.145
Ens. fundamental Incompleto		01(11.1)	02(50.0)	01(33.3)	00(0.0)	02(18.2)
Ens. Fundamental completo		01(11.1)	00(0.0)	00(0.0)	00(0.0)	01(9.1)
Ens. Médio incompleto		01(11.1)	00(0.0)	01(33.3)	01(100.0)	00(0.0)
Ens. Médio Completo		06(66.7)	01(25.0)	01(33.3)	00(0.5)	08(72.7)
Superior Incompleto		00(0.0)	01(25.0)	00(0.0)	00(0.5)	00(0.0)
Estado Civil						0.767
Solteiro		03(33.3)	00(0.0)	01(33.3)	01(100.0)	03(27.3)
Casada/ União estável		06(66.7)	03(75.0)	02(66.6)	00(0.5)	06(54.5)
Separada/divorciada		00(0.0)	01(25.0)	00(0.0)	00(0.5)	01(9.1)
Viúvo		00(0.0)	00(0.0)	00(0.0)	00(0.0)	01(9.1)
N de pessoas residentes						0.744
<4		06(66.7)	02(50.0)	01(33.3)	01(100.0)	07(63.6)
≥4		03(33.3)	02(50.0)	02(66.6)	00(0.0)	04(36.4)
Renda Bruta familiar						0.882
< 1 SM		02(22.2)	00(0.0)	00(0.0)	00(0.0)	03(27.3)

1-2 SM	05(55.6)	03(75.0)	02(66.6)	01(100.5)	07(63,6)	
> 2SM	02(22.2)	01(25.0)	01(33.3)	00(0.5)	01(9.1)	
Recebe benefício Social						0.397
Não	01(11.1)	01(25.0)	02(66.6)	00(0.5)	03(27.3)	
Sim	08(88.9)	03(75.0)	01(33.3)	01(100.5)	08(72.7)	

Fonte: Autoria própria.

¹Teste qui-quadrado, com correção de Yates, ao nível de 5%.

Os dados apontam que as condições socioeconômicas, a escolaridade e as condições de moradia não interferem no estado nutricional das pesquisadas. Ressalta-se que os estudos transversais permitem apenas um recorte temporal pequeno das condições analisadas.

Para reverter as condições de saúde da população, evidencia-se a necessidade de ações que promovam a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), para que consigam fazer escolhas assertivas em relação à qualidade dos alimentos consumidos. Atividades de EAN fundamentadas no Guia Alimentar para a População Brasileira, que na sua regra de ouro enfatiza que a base de uma alimentação saudável é preferir alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados [28].

É sabido que alcançar a SAN é desafiador. Diante disso, Bortolanza *et. al.* [29], afirmam que para conseguir superar a fome de maneira equitativa e sustentável, envolve combater desigualdades sociais, a degradação das condições de moradia, os problemas nos sistemas alimentares e outras questões estruturais que afetam a distribuição equitativa de alimentos. Assim, proporcionaria condições reais para a superação efetiva e sustentável das profundas desigualdades sociais, de gênero e de raça presentes no país [7, 30].

Sendo assim, é primordial a implantação de políticas envolvendo a ampla participação da sociedade civil e dos grupos vulneráveis. Isso inclui garantir acesso à terra e condições de produção e saúde, fortalecer circuitos de produção, regular os preços de alimentos, promover políticas de trabalho e renda [30]. Nesse contexto, a agricultura familiar torna-se indispensável nos processos e políticas públicas de SAN.

Ressalta-se, a importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão de assessoramento presidencial, nas formulações e monitoramento das políticas de SAN, em atendimento à população mais vulnerabilizada.

Na construção da afirmação da mulher produtora rural como sujeitos de direitos, mostra-se a importância de novas narrativas, novos objetivos e de outros valores. São elas que nos estimulam a abordar a alimentação como bem comum social que se interpõe no caminho da completa mercantilização da natureza. Desse ponto de vista, considera-se importante dar a identidade e o reconhecimento às mulheres. Assim, a base da agricultura familiar, está pontuada no papel desempenhado pela mulher e no seu envolvimento com a produção ^[31].

O estudo do perfil das agricultoras permitiu a obtenção de informações que podem subsidiar intervenções de caráter público ou no âmbito da associação que possibilitem a segurança alimentar e nutricional destas mulheres na região.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a (in) segurança alimentar entre as mulheres produtoras rurais de um município do Piauí, identificando os seus fatores associados. De maneira geral, observou uma prevalência de Insegurança Alimentar do tipo leve e moderada, nas famílias as quais tinham a renda familiar abaixo de dois salários mínimos e estado civil casadas.

Quanto às condições nutricionais, as de maior relevância foram o sobrepeso e o risco aumentado de desenvolver comorbidades. Os fatores sociodemográficos investigados e o nível de insegurança alimentar refletem os diversos fatores que estão associados à ocorrência deste importante problema de saúde pública que é o sobrepeso/obesidade.

Ressalta-se a importância e necessidade de políticas públicas contínuas e acessíveis, transversais, e contemplando a intersetorialidade, na área de SAN, voltadas à promoção da EAN, respeitando e valorizando as características culturais e sociais locais, visando potencializar as contribuições na redução da insegurança alimentar dessa população, além da possibilidade de refletir a situação de outras

mulheres que vivem na zona rural e em atividades agrícolas semelhantes.

REFERÊNCIAS

1. Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. FIAN. Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. Curso Módulo I; 2020.
2. Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, LOSAN. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília, DF; [internet]. 2006 [Acesso em: 05 de mai. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.
3. FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Santiago de Chile; 2023 [Acesso em: 05 de mai. de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3859es>.
4. Santos EES, Bernardino IM, Pedraza FD. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias da Estratégia Saúde da Família no interior da Paraíba. Cad. Saúde Colet., [internet]. 2021 [Acesso em: 06 de mai. 2023]; 29(1): 110-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Vp7vYP448THzQmZbfynrmfD/?lang=pt>.
5. PENSSAN R. II Vigisan Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil; 2022.
6. Silva TTM, Viana SFA, Fernandes VF, Sousa FAF, Conceição WS, Rocha EMB. Pandemia e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma Revisão Integrativa. Rev. Psic. [internet]. 2023 [Acesso em: 08 de nov. 2023];17(67): 167-81. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.
7. Costa LA, Marques AA, Sampaio JRF, Santana, WJ, Rocha EMB. Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. Cad. Saúde Colet. [internet]. 2021 [acesso em 22 abr. 2023]; 29(1): 122-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141462X202129010471>.
8. Ministério da Agricultura (BR). Afinal o que é Agricultura Familiar. Brasília: Ministério da Agricultura (BR). [internet]. 2022 [Acesso em: 05 de mai. 2023] Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>.
9. Silva P, Leite F, Soares D. Saúde coletiva - avanços e desafios para a integralidade do cuidado: V. 3, Guarujá, SP: Científica Digital; 2021.
10. Aguiar RB. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água

Subterrânea, Estado do Piauí: diagnóstico do Município de José de Freitas. CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Fortaleza; 2004.

11. Carrano PCR, SPÓSITO, Marília Pontes. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação (Impresso), Campinas, n. 24, p. 16-39; 2003.

12. PENSSAN R. II Vigisan Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento I. Insegurança alimentar nos estados; 2022.

13. Rocha AVG, Aguiar VG, Lima MER, Mendes MSF; Alberto NSMC, Pereira TG. Dados sobre as condições de trabalho, perfil de saúde e nutrição de agricultores familiares de Teresina - PI, Brasil. Saúde Colet.: avanços e desafios para integralidade do cuidado. p.173-90; 2021. Disponível em: Doi 10.37885/21090674.

14. Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. OBHA. Uso da Escala de Insegurança Alimentar (EBIA) nos Serviços de Atenção Básica de Saúde. Fiocruz. [internet]. 2020 [Acesso em: 05 de mai. 2023] Disponível em: <https://obha.fiocruz.br/?p=602#:~:text=A%20Escala%20Brasileira%20de%20Medida,origem%20na%20escala%20norte%20americana>.

15. Organización Mundial de la Salud. El estado físico: uso e interpretación de la antropometría. Ginebra: OMS; 1995.

16. Lima TCRM, Rocha V de S, Souza MFC. Pontos de corte da circunferência do pescoço para identificação de excesso de peso em adultos: um estudo transversal. Nutr. clin. diet. hosp. [internet]. 2018 [Acesso em: 26 de abr. 2023] 38(4):90-4; 2018. Disponível em: <https://revista.nutricion.org/PDF/TICIANE.pdf>.

17. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília; 2004.

18. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA; 2013.

19. Moraes DC, Modelos Preditivos de (IN) Segurança Alimentar e Nutricional, Segundo Indicadores Socioeconômicos, Demográficos e Nutricionais de Famílias Brasileiras. Viçosa-MG; 2018.

20. Prazeres HL, Vieira FST, Seabra CV, Almada MORV. Estado nutricional e consumo alimentar de produtores rurais. Journal Health NPEPS; 2022.

21. Castro CN, A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: Rio de Janeiro; 2012.
22. Oliveira MSS, Desigualdades de gênero e (in)segurança alimentar e nutricional: olhares a partir do conceito de justiça de gênero de Nancy Fraser. Demetra - Alimentação, nutrição e saúde; 2020.
23. Lopes AL, Butto AZ. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA; 2008.
24. Maciel BLL, Lyra CO, Gomes JRC, Rolim PM, Gorgulho BM, Nogueira PS, et al. Food Insecurity and Associated Factors in Brazilian Undergraduates during the COVID-19 Pandemic. Nutrients 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu14020358>.
25. Medeiros, V de O. Consumo de alimentos in natura e industrializados por produtores orgânicos da agricultura familiar no município de Vitória de Santo Antão/PE. Repositorio digital, UEPE; 2018.
26. PESSAN R. II Vigisan Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento II. Insegurança alimentar desigualdades de raça/cor da pele e gênero; 2023.
27. Alberto NSM da C. Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade na Atenção Primária à Saúde no Piauí: um estudo de avaliabilidade. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro – RJ; 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52215>.
28. Brasil. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
29. Bortolanza EDV de CB, Schmitt V, Vieira DG, Uchida NS, Santos E dos F, Mazur CE. (IN) segurança alimentar e nutricional e fatores associados em famílias chefiadas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Secur. Aliment. Nutr., Campinas, 30(0): 1-17; 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v30i00.8670041>.
30. Moura A, Moreira SL, Almeida M. Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia [Livro eletrônico]. 1ed. Rio de Janeiro 2022
31. Gubert FPP, Hanzen M, Recalcatti JF, Coltre SM. Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar. Rev. Fitos. Rio de Janeiro; 2020. [Acesso em: 29 de mai. 2023]. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/888>.

ANEXOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ

Pesquisador: VANIA MARISA DA SILVA VASCONCELOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 72082223.2.0000.5210

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLÓGICO DO PIAUÍ LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.280.440

Apresentação do Projeto:

O estudo objetiva analisar a segurança alimentar e nutricional, o perfil socioeconômico, bem como fatores relacionados as mulheres agricultoras do município de Jose de Freitas, no estado do Piauí. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza descritiva, com recorte transversal, que será realizada com agricultoras da Associação de Mulheres Produtoras Rurais da Agricultura Familiar do Município de Jose de Freitas – PI. O estudo será realizado na sede da Associação de Mulheres Produtoras Rurais da Agricultura Familiar do Município de Jose de Freitas – PI (AMPRAF). A associação foi criada em 2010 e conta com 02 polos de trabalho, constituída por um público 100% feminino, sendo 61 afiliadas, mas apenas 41 mulheres ativas. Os dados serão coletados através de entrevista com as agricultoras com o auxílio de um questionário socioeconômico para coleta de informações sobre alguns aspectos da vida escolar, condições financeiras para avaliar o estado nutricional das agricultoras e aplicação do questionário EBIA, para avaliar a segurança ou insegurança alimentar das mulheres em estudo. O tempo de duração da coleta de dados individual durará 20 minutos. Os dados serão organizados em planilhas do Excel para realização de análises descritivas das variáveis estudadas, recebendo o tratamento estatístico pertinente. Para verificar possível associação entre as variáveis estudadas e o desfecho. O nível de significância adotado será de 95% e de confiança de 5%. As análises dos dados serão conduzidas pelo programa

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPI



Continuação do Parecer: 6.280.440

estatístico Statistical Package for the Social Science (SPSS) e os dados serão tabulados por meio do programa Microsoft Excel. Os resultados da pesquisa serão expressos em média, desvio padrão e percentuais. O projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi, para análise e parecer, conforme a Resolução N. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por se tratar de uma pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012). A coleta de dados somente será iniciada depois da aprovação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a segurança alimentar e nutricional, o perfil socioeconômico, bem como fatores relacionados às mulheres agricultoras do município de José de Freitas, no estado do Piauí.

Objetivos Secundários: Avaliar o estado nutricional das agricultoras; Avaliar o perfil sociodemográfico das mulheres agricultoras; Analisar a existência de associação entre as variáveis estudadas; Propor ações de Educação Alimentar e Nutricional, mediante os dados encontrados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios apresentados pelos pesquisadores atendem as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de campo, descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa, cujo objetivo é analisar o perfil de segurança alimentar de mulheres agricultoras do Município de José de Freitas – PI. Esse trabalho se justifica uma vez que as mulheres agricultoras alimentares do Município de José de Freitas - PI, não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, elas possuem, acima de tudo, uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva, para a diversidade da produção de alimentos e para o desenvolvimento sustentável. Garantindo assim, a independência alimentar e autonomia financeira, além do fortalecimento e desenvolvimento de suas comunidades locais. Contudo, ainda há grandes dificuldades a serem enfrentadas por essas mulheres. Sendo assim, por meio de pesquisas e estudos, as pesquisadoras se sentiram motivadas a investigar sobre dificuldades na qual, mulheres agricultoras enfrentam em torno do estado nutricional, com a intenção de ampliar seus conhecimentos sobre melhores hábitos e condições de saúde e nutrição.

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123
Bairro: Bairro do Uruguai **CEP:** 64.073-505
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2106-0738 **Fax:** (86)2106-0740 **E-mail:** cep@uninovafapi.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPÍ



Continuação do Parecer: 6.280.440

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos obrigatórios para análise ética deste protocolo conforme normatizado nas resoluções 466/2012 e 510/2016. As pendências das versões anteriores foram sanadas.

Recomendações:

Após o encerramento da pesquisa apresentar os resultados por meio do relatório final na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo apresenta-se APROVADO, pois encontra-se elaborado de acordo com as recomendações éticas da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Parecer do colegiado de que o protocolo de pesquisa está APROVADO foi acatado porque encontra-se elaborado de acordo com as recomendações éticas da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2158307.pdf	22/08/2023 14:41:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO.pdf	22/08/2023 14:40:41	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	25/07/2023 22:17:37	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	25/07/2023 21:58:18	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Outros	FICHA_AVALIACAO.pdf	06/07/2023 12:15:53	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_QUESTIONARIO_SO_CIODEMOGRAFICO.pdf	06/07/2023 12:10:24	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123
Bairro: Bairro do Uruguai **CEP:** 64.073-505
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2106-0738 **Fax:** (86)2106-0740 **E-mail:** cep@uninovafapi.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA
FACULDADE DE SAÚDE,
CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGICAS DO PIAUÍ -
UNINOVAFAPÍ**



Continuação do Parecer: 6.280.440

Outros	INSTRUMENTO_ESCALA_EBIA.pdf	06/07/2023 12:07:21	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_CONCORDANCIA.pdf	06/07/2023 12:03:55	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/07/2023 11:51:48	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECL_COMPROMISSO.pdf	12/06/2023 22:35:42	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	12/06/2023 22:06:13	VALDENIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 04 de Setembro de 2023

Assinado por:
FERNANDA CLÁUDIA MIRANDA AMORIM
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123

Bairro: Bairro do Uruguai

CEP: 64.073-505

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)2106-0738

Fax: (86)2106-0740

E-mail: cep@uninovafapi.edu.br

ANEXOS

Revista de Segurança Alimentar e Nutricional – UNICAMP.

Condições para submissão

Conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;
- URLs para as referências foram informadas quando possível (em caso de artigos científicos deve ser incluído o número de doi).
- Os trabalhos devem ser escritos em Português, Espanhol ou Inglês, com título, resumo e termos de indexação no idioma original e em Inglês. Os trabalhos submetidos em inglês devem conter resumo e termos de indexação também em português. Os textos devem ser preparados em espaçamento duplo, fonte Arial, tamanho 12, justificada, contendo número nas páginas e com as linhas numeradas sequencialmente. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- Para garantir que a avaliação seja feita às cegas, todas as informações que possam identificar os autores devem ser enviadas em um arquivo à parte como página de rosto: Dados dos autores (nomes, filiação, ID ORCID, endereço para correspondência do autor principal), seção de agradecimentos (que deve conter apenas agradecimentos técnico científicos, incluindo agradecimento por fomento à pesquisa) e informações éticas, quando cabível (nome do comitê de ética e número do projeto aprovado por ele – obrigatório para projetos envolvendo dados coletados com humanos e/ou animais).
- Certificar-se de que foi realizado o registro para apresentação de ID ORCID. O registro é gratuito, caso não tenha feito, pode ser obtido na URL:

<https://orcid.org/register>. Você deve incluir a URL completa, acompanhada da expressão "https://", no seu cadastro, logo após o e-mail (por exemplo: <http://orcid.org/0000-0002-1825-0097>).

Diretrizes para Autores

Critérios de autoria

A revista **Segurança Alimentar e Nutricional** adota a recomendação do Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos (ICMJE), que indicam quatro critérios que definem a autoria de um artigo científico:

- contribuições substanciais para a concepção ou delineamento do estudo; ou a aquisição, análise ou interpretação dos dados do trabalho;
- elaboração de versões preliminares do artigo ou revisão crítica de importante conteúdo intelectual;
- aprovação final da versão a ser publicada;
- concordância em ser responsável por todos os aspectos do trabalho, no sentido de garantir que as questões relacionadas à exatidão ou à integridade de qualquer parte da obra sejam devidamente investigadas e resolvidas.

Página de título:

Devem constar:

1. Título do trabalho.
2. Título curto (no máximo 60 caracteres incluindo espaçamento).
3. Nome(s) do(s) autor(es) por extenso, com indicação da afiliação institucional, resumo da biografia e ID ORCID.
4. Autor de correspondência destacado, com inclusão de nome, endereço completo, telefone institucional e/ou e-mail, para contatos posteriores com a revista.
5. Informar no mínimo três termos de indexação, no idioma original e em Inglês.
6. Agradecimentos: Deve-se incluir agradecimentos a órgãos de fomento

e/ou auxílios de pessoas físicas ou jurídicas que colaboraram de modo técnico-científico com o desenvolvimento da pesquisa, contudo não atingiram critérios de autoria. Em caso de não haver agradecimentos, incluir a frase: “nada a declarar”.

7. Declaração de conflito de interesse: Deve-se incluir declaração de parcerias de qualquer natureza que gerem potenciais conflitos de interesse. Em caso de não haver qualquer tipo de conflito de interesse, incluir a frase: “nada a declarar”.
8. Informações éticas: nome do comitê de ética e número do projeto aprovado por ele (obrigatório para projetos envolvendo dados coletados com humanos e/ou animais. Caso o projeto não envolva pesquisa com humanos ou animais, incluir a frase: “nada a declarar”.
9. Financiamento: Indicar caso a pesquisa tenha sido financiada por algum órgão. Caso o projeto não envolva financiamentos, incluir a frase: “nada a declarar”.
10. Funções dos autores: detalhar o papel de cada coautor no desenvolvimento do artigo.

Resumo:

O resumo deve ser apresentado no idioma original e em Inglês. Os trabalhos submetidos em inglês devem conter resumo e termos de indexação também em português.

- Os resumos devem conter até 250 palavras.
- O resumo deve ser estruturado, dentro da seguinte divisão: Introdução / Objetivo / Métodos / Resultados / Discussão.
- O estilo deve ser narrativo, com descrição dos objetivos e métodos básicos adotados. Ainda devem constar os resultados e as conclusões mais relevantes.
- O resumo não deve, em hipótese alguma, conter citações bibliográficas ou abreviaturas sem definição.

Palavras-chave: Informar no mínimo três palavras-chave no idioma original e em Inglês. Texto:

Os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalhos científicos.

Introdução:

Esta seção deve conter revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema, buscando sempre que possível dialogar com a literatura nacional e internacional mais atual (dos últimos 5 anos) e relevante, apresentando o problema, os objetivos e as justificativas que conduziram ao trabalho. O estilo deverá ser direto e conciso.

Metodologia:

Deve conter descrição clara e resumida. Se as técnicas ou procedimentos utilizados já tiverem sido publicados, deverá ser mencionada a fonte bibliográfica, incluindo somente os detalhes que representem modificações substanciais ao procedimento original. A descrição deve conter: procedimentos adotados ou citação da fonte bibliográfica do procedimento original;

- universo da amostra, quando cabível;
- instrumentos de medida e, se houver, o método de validação;
- análise dos dados.

Resultados:

Os resultados devem ser apresentados, sempre que possível, mediante o uso de tabelas e figuras. Tabelas e figuras devem ser limitadas a 10 no conjunto, numeradas de forma sequencial com algarismos arábicos e obedecendo a ordem de menção dos dados. As tabelas e figuras devem ser apresentadas de forma que sejam legíveis e autoexplicativas, com título breve, inseridas logo após a citação das mesmas no texto. No caso de uso de dados secundários para construção de tabelas e figuras é obrigatório a apresentação da fonte em todas as figuras e tabelas (se do autor ou dados secundários). O autor deve se responsabilizar pela qualidade das figuras e tabelas.

Discussão:

Deve ser objetiva, procurando explorar de forma científica os resultados e suas

implicações. As seções de “Resultados” e “Discussão” podem alternativamente ser apresentadas em conjunto, sob o título geral de “Resultados e Discussão”.

Conclusões:

Nesta seção, deve ser apresentado o significado prático ou teórico dos pontos mais relevantes do trabalho desde que respaldado pelos resultados apresentados. Sugere-se apresentar as limitações da pesquisa, bem como os pontos fortes e sugestões para os futuros estudos. A conclusão deve apresentar claramente a interlocução com a área temática da segurança alimentar e nutricional.

Referências

As referências devem seguir o estilo Vancouver, e, quando for o caso, ser devidamente complementada com o DOI e o endereço eletrônico de origem. Sua adequação e exatidão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Citações no texto

As citações inseridas no texto do trabalho devem seguir o estilo Vancouver que, resumidamente contemplam: numeração sequencial das citações com algarismos arábicos, colocados entre colchetes, seguindo a ordem em que forem mencionadas. os números correspondentes devem também constar da lista bibliográfica no final do artigo. Sobrenome e iniciais (sem pontos) de todos os autores devem figurar, até o sexto autor. A partir daí, os nomes são omitidos e se escreve a expressão latina *et al.*

Citações na lista de referências

As referências citadas no texto devem ser colocadas em ordem numérica na lista de referências, devem obedecer ao estilo Vancouver e estar com a indicação de seu endereço eletrônico, para referências digitais/eletrônicas.

Exemplos:

Livros

Maluf RS. Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Vozes; 2011.

Belik W (org.) Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. São Paulo: Hucitec; 2004.

Germano, MIS. Treinamento de Manipuladores de Alimentos: fator de segurança alimentar e promoção da saúde. São Paulo: Livraria Varela; 2003.

Capítulos de livros

Frozi DS. O papel do controle social nas Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. In: Jaime, PC (org.) Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

Magalhaes R, Burlandy L, Frozi, DS. Programas de Segurança Alimentar e Nutricional: Experiências e aprendizados. In: Rocha C, Burlandy L, Magalhães R (org.). Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectivas, aprendizados e desafios para as Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

Artigos apresentados em congressos, simpósios, encontros científicos e outros eventos.

Gomes KS & Sagica L. A farinha de mandioca em forma de alimento na comunidade indígena manoa. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; Goiânia, Goiás. Campinas: Galoá proceedings; 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/papers/a-farinha-de-mandioca-em-forma-de-alimento-na-comunidade-indigena-manoa>

Monteiro AL, Ruiz ENF, Barroso LS, Silva PF. As compras institucionais e sua relação com a dimensão social das dietas sustentáveis. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; Goiânia, Goiás. Campinas: Galoá proceedings; 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/papers/as-compras-institucionais-e-sua-relacao-com-a-dimensao-social-das-dietas-sustentaveis>.

Artigos em periódicos

Tsironi, T., Koutinas, A., Mandala, I., Stoforos, N.G. Current and new Green Deal solutions for sustainable food processing. Current Opinion in Environmental Science and Health, vol. 21, article 100244.

2021. <https://doi.org/10.1016/j.coesh.2021.100244>

Rigaud JP de O, Verthein Úrsula P, Amparo-Santos L. Fome em tempos de pandemia de COVID-19: uma análise crítica aos sentidos (re)produzidos pela mídia. Secur. Aliment. Nutr. [Internet]. 4º de março de 2021; 28(00):e021009. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8662059>

Dissertações, teses e relatórios

Martins APB. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-25062013-155356.

Duran, ACFL. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-02102013-164136.

Documento em formato eletrônico

PENSSAN R. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. [relatório eletrônico] 2021 [citado em 2021 jun 1]. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/>

CADASTRO NO ORCID

Como forma de padronização de autoria, o Comitê da revista **Segurança Alimentar e Nutricional** tornou obrigatória a inclusão do iD do ORCID no ato da submissão. O identificador ORCID pode ser obtido gratuitamente no endereço: <https://orcid.org/register>. O(a) autor(a) deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID, e incluir a URL completa, acompanhada da

expressão "http://", no seu cadastro (exemplo: <http://orcid.org/0000-0002-1825-0097>).

PREPRINTS

A revista **Segurança Alimentar e Nutricional** aceita artigos depositados em servidores de preprints, desde que: (1) não estejam em processo de avaliação em outro periódico para ser publicado como completo; e, (2) seja informado na carta-apresentação, ou na Página de Título.

REGISTROS PRÉVIOS

É obrigatório a apresentação das declarações e comprovantes de registros no momento da submissão, nos casos de:

- ensaios clínicos
- revisões sistemáticas (no banco de dados PROSPERO)

RECOMENDAÇÃO CHECKLIST STROBE

Recomendamos aos autores o uso da iniciativa STROBE na realização de checklist para cada estudo. O documento com a lista pode ser acessado aqui.

IDENTIFICAÇÃO DE PLÁGIO

A revista **Segurança Alimentar e Nutricional** utiliza, antes de iniciar os processos de pré-avaliação, a ferramenta anti-plágio Turnitin. Os artigos com taxa de semelhança de até 32% vão automaticamente para as etapas de pré-avaliação. Extrapolando a referida taxa, o artigo é enquadrado como contendo plágio. Diante disso, os autores são contactados para que lhes seja comunicada e detalhada a identificação de plágio antes da submissão ser rejeitada. Em casos específicos de identificação de autoplágio, é solicitada uma revisão da versão enviada, com reformulação textual obrigatória e posterior ressubmissão.

Artigos Originais

Artigos Originais: Compreendem trabalhos de cunho científico com uma temática inédita e original, nas seguintes áreas: Segurança Alimentar e Nutricional, Ciência e Tecnologia de Alimentos, e Nutrição em Saúde Pública (Até seis mil palavras).

Artigos de Revisão

Artigos de Revisão: Incluem trabalhos que apresentem discussão ampla e de natureza crítica, com contribuições do autor ao debate, sobre um tema específico relacionado às áreas de interesse da SAN (Até oito mil palavras).

Dossiê

Os dossiês devem ter um caráter interinstitucional e abordar temáticas de relevância para a área da segurança alimentar e nutricional, de forma a ampliar o debate acadêmico, fomentar intercâmbios de pesquisa e/ou adensar as experiências formativas em investigação e/ou ensino.

Relatos de Experiência: Compreendem textos que relatem trabalhos e experiências profissionais no campo da pesquisa, ensino, extensão e/ ou serviço que apresentem diálogo com literatura científica (Até seis mil palavras).

Comunicação: Esta seção destina-se a publicação de textos convidados oriundos de conferências, palestras, ensaios ou resenhas que não foram publicados na forma integral (Até três mil palavras).

Notícias e Informações

Notícias e Informações: Seção destinada à publicação de comentários científicos sobre: (i) artigos científicos de grande impacto, (ii) publicações de dados, leis ou instruções de órgãos governamentais (índices diversos, guias para a população, instruções normativas), (iii) dados publicados em mídia comum com grande repercussão (Até duas mil palavras).

Declaração de Direito Autoral

A revista **Segurança Alimentar e Nutricional** utiliza a licença do Creative Commons (CC), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

DECLARAÇÃO DE TRADUÇÃO



CURSO: NUTRIÇÃO
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (8º PERÍODO)
PROFESSORA: LUCIANA MELO DE FARIAS

DECLARAÇÃO DE TRADUÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, Ana Karine de Sousa Chaves
CPF nº 059.555.395-10, Licenciada em Letras - Inglês
pela Universidade Federal do Piauí realizei a **TRADUÇÃO** do Trabalho de
Conclusão de Curso de Nutrição intitulado como Segurança Alimentar e Nutricional
de Mulheres Agricultoras de um Município do Piauí, de autoria de Auricélia Rocha
Souza, Thais da Silva Brito e Valdênia Karoline Costa Nascimento e orientado pelo
(a) professor (a) Vania Marisa da Silva Vasconcelos do Centro Universitário
Uninovafapi, no período letivo 2023.2

Ana Karine de Sousa Chaves
Assinatura legível do (a) tradutor (a)

Data 30/11/2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI
REPOSITÓRIO DA BIBLIOTECA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI

Termo de Autorização para Publicação Eletrônicas de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso no Repositório Institucional do Centro Universitário UNINOVAFAPI

1. Identificação do Material Bibliográfico:

☐ Tese
☐ Dissertação ☐
Monografia ☒
TCC Artigo

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: **BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**
Programa de pós-graduação:
Título: **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS DE UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ.**
Data da Defesa:

3. Identificação da Autoria:

Autor: **AURICÉLIA DE SOUZA ROCHA, THÁIS DA SILVA BRITO, VALDÊNIA KAROLINE COSTA NASCIMENTO.**
Orientador: **VANIA MARISA DA SILVA VASCONCELOS**
Coorientador: **LUCIANA**
Membros da Banca: **NORMA SUELI M. COSTA ALBERTO, THEONAS GOMES PEREIRA.**

AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DA BIBLIOTECA

Autorizo ao Centro Universitário UNINOVAFAPI a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da publicação supracitada, de minha autoria, em seu repositório, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Centro Universitário a partir desta data. Ainda por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido trabalho científico, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio.

Local: Teresina, 22 de novembro de 2023.

Auricélia Rocha Souza
Assinatura do autor (a)

Assinatura do autor (a)

Thaís da Silva Brito

Assinatura do autor (a)

Valdênia Karoline C. Nascimento